

01 Q677820 Direito Constitucional ▶ Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CESPE ^{BETA} Órgão: TCE-PA Prova: Auditor de Controle Externo - Direito

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

Pode o STF, por decisão da maioria absoluta de seus membros, deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

☐

Certo

☐

Errado

02 Q654014 Direito Constitucional ▶ Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: EXATUS Órgão: Ceron - RO Prova: Direito

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- b) Somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- c) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- d) Decidida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade de uma lei, o Congresso Nacional pode emitir decreto legislativo que suspenda a execução, no todo ou em parte, da norma declarada inconstitucional.

03 Q649438 Direito Constitucional ▶ Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: TJM-SP Prova: Juiz de direito

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, tendo em vista as previsões constitucionais e os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, fórmula processual subsidiária do controle concentrado de constitucionalidade, é via adequada à impugnação de norma pré-constitucional.
- b) A existência da autoridade da coisa julgada não representa obstáculo que impede o conhecimento e o ulterior prosseguimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que pode ser utilizada como sucedâneo da ação rescisória.
- c) A simultaneidade de tramitações de Ação Direta de Inconstitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, portadoras de mesmo objeto, é compatível com a cláusula de subsidiariedade que norteia o instituto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- d) Não tem sido atribuído caráter vinculante, pelo Supremo Tribunal Federal, ao provimento cautelar outorgado em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, como instrumento de controle abstrato de constitucionalidade.
- e) O enunciado de Súmula do Supremo Tribunal Federal, indicado como ato lesivo aos preceitos fundamentais, consubstancia ato do Poder Público, sendo, portanto, suscetível de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

04 Q644255 Direito Constitucional ▶ Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: Promotor de Justiça

Quanto ao objeto do controle abstrato de constitucionalidade, aponte o item incorreto:

- a) Em razão de a ação declaratória de constitucionalidade ter surgido com a Emenda Constitucional nº

3/1993, estará ela impedida de ter por objeto, por exemplo, lei editada anteriormente à data da promulgação da referida emenda, ainda que posterior ao parâmetro constitucional invocado.

- b) Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade as decisões proferidas em processo administrativo, quando a extensão dessas mesmas decisões seja tal que as torne um verdadeiro ato administrativo normativo genérico.
- c) A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias, permitindo, assim, a declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras, é rejeitada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- d) A norma declarada constitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em controle difuso, não pode ser objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade, exceto quando venha a ocorrer modificações significativas de ordem jurídica, social ou econômica, ou se apresentem argumentos supervenientes nitidamente mais relevantes do que aqueles que antes prevaleciam.

05 Q644482 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CONSULPLAN Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros

A Ação Direta de Inconstitucionalidade,

- a) quando proposta por cidadão dotado de plenos direitos políticos, nos casos previstos em lei infraconstitucional, poderá ser objeto de desistência, se houver julgamento contrário em caso paradigmático.
- b) quando alcançar o deferimento de medida cautelar, produz efeitos *ex tunc*, desde a vigência da lei ou ato normativo impugnados.
- c) quando por omissão, qualquer seja o autor, não admite desistência, nem cautelar, em razão de sua natureza.
- d) quando por omissão, em caso de indeferimento da inicial ao fundamento de ilegitimidade da parte, admite o agravo.

06 Q642914 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE Prova: Analista de Planejamento e Gestão

Não tem legitimidade para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade:

- a) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c) a Mesa do Senado Federal.
- d) Defensor Público-Geral da União.

07 Q613503 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRT - 23ª REGIÃO (MT) Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, segundo o Supremo Tribunal Federal,

- a) é um tipo de ação, ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.
- b) não pode ter natureza equivalente às ações declaratórias de inconstitucionalidade.
- c) pode questionar a constitucionalidade de uma norma perante a Constituição Federal, mas tal norma deve ser federal e posterior à Constituição vigente.

- d) possui os mesmos legitimados para ajuizá-la que os da ação declaratória de inconstitucionalidade, salvo o Presidente da República.
- e) é cabível, por ser autônoma, mesmo quando existir outro tipo de ação que possa ser proposta.

08 Q614924 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRT - 23ª REGIÃO (MT) Prova: Analista Judiciário

A respeito do controle concentrado de constitucionalidade,

- a) a Ação Declaratória de Constitucionalidade e o Mandado de Injunção podem ser propostos por qualquer pessoa, por via principal ou via incidental.
- b) tanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade, como a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, propostas perante o Supremo Tribunal Federal, podem versar sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- c) cabe ação rescisória da decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido formulado em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- d) os legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade também podem propor a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- e) os efeitos da decisão em Ação Declaratória de Constitucionalidade são sempre *inter partes*.

09 Q679896 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: IESES Órgão: TJ-PAProva: Titular de Serviços de Notas e de Registros

Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, **EXCETO**:

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) O Presidente da República.
- d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

10 Q612083 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: Prefeitura de Uberaba - MG Prova: Procurador Municipal

A respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF, regida pela Lei Nº 9.882/99, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Segundo jurisprudência do STF, colaboradores admitidos em processos objetivos e causas com repercussão geral na condição de *amicus curiae* detêm legitimidade para recorrer de decisões de mérito, quando tiverem participado do julgamento mediante a oferta de elementos de informação.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não foi o instrumento adequado para afirmar a constitucionalidade da Lei Nº 8.884/94, que instrumentalizou a instituição do Plano Real, por não observar o princípio da subsidiariedade.
- c) O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental não será admitido se houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado.
- d) A jurisprudência do STF não admite a conversão de ação direta de inconstitucionalidade em arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF.

11 Q614548 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: UECE-CEV Órgão: DER-CEProva: Procurador

Quanto ao Controle de Constitucionalidade na CF/88, assinale a afirmação correta.

- a) O Procurador-Geral da República não precisará ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em vinte dias.
- c) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- d) Qualquer prefeito municipal pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

12 Q614552 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: UECE-CEV Órgão: DER-CEProva: Procurador

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é exemplo de Controle de Constitucionalidade

- a) difuso.
- b) concentrado.
- c) misto.
- d) não previsto no direito brasileiro.

13 Q589754 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: OBJETIVA Órgão: Prefeitura de Porto Barreiro - PRProva: Advogado

Em face do controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O Supremo Tribunal Federal poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional e mediante decisão de dois terços dos seus membros, aprovar súmula vinculante, apenas mediante provocação.
- b) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei.
- c) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional não podem propor ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

14 Q587944 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: CESPE Órgão: DPE-RNProva: Defensor Público

Em relação a controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Segundo o entendimento do STF, o Conselho Nacional do Ministério Público pode, excepcionalmente, no exercício de suas atribuições de controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros do MP, afastar a aplicação de norma identificada como inconstitucional.
- b) Consoante entendimento do STF, em ADI, após a deliberação a respeito do mérito da declaração de inconstitucionalidade e, mesmo já proclamado o resultado final do julgamento, é possível a reabertura do julgamento para fins de deliberação a respeito da modulação dos efeitos da decisão.
- c) De acordo com alteração constitucional promovida por emenda constitucional, o defensor público-geral federal passou a ser um dos legitimados a propor ADI e a ação declaratória de

constitucionalidade.

- d) A decisão que julgar procedente o pedido em ADPF é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória ou de reclamação contra o seu descumprimento.
- e) De acordo com entendimento do STF, para admitir-se a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, faz-se necessário demonstrar: a evidente superação da jurisprudência do STF no trato da matéria; a alteração legislativa quanto ao tema; ou, ainda, a modificação substantiva de contexto político, econômico ou social.

15 Q588536 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: TJ-PI Prova: Juiz de direito

A teoria da inconstitucionalidade supõe, sempre e necessariamente, que a legislação, sobre cuja constitucionalidade se questiona, seja posterior à Constituição. Porque tudo estará em saber se o legislador ordinário agiu dentro de sua esfera de competência ou fora dela, se era competente ou incompetente para editar a lei que tenha editado (STF – ADI 2, Rel. Min. Paulo Brossard, DJ de 21/11/1997)

Do trecho acima transcrito depreende-se a rejeição, por parte da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, da teoria da

- a) repristinação.
- b) inconstitucionalidade formal.
- c) recepção.
- d) desconstitucionalização.
- e) inconstitucionalidade superveniente.

16 Q581860 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Suzano - SP Prova: Procurador Jurídico

Considerando o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Órgão fracionário de Tribunal não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas pode afastar a sua incidência, sem violar a cláusula de reserva de plenário.
- b) A colisão entre norma pré-constitucional e uma nova Constituição deve ser resolvida segundo os princípios de direito intertemporal.
- c) Os partidos políticos têm legitimação ampla de propositura da ação direta de inconstitucionalidade, mesmo sem representação no Congresso Nacional.
- d) A propositura de ação direta de inconstitucionalidade pelos Governadores e Assembleias Legislativas junto ao STF dispensa a denominada pertinência temática.
- e) É admissível, durante o curso do processo, a desistência da ação declaratória de constitucionalidade, mas não se admite a intervenção de terceiros.

17 Q583306 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: PUC-PR Órgão: Prefeitura de Maringá - PR Prova: Procurador

O prefeito do município X, em 2013, sancionou lei ordinária que permite que, em determinados casos, a guarda municipal mantenha sob sua custódia e incomunicáveis os suspeitos de cometerem, nos limites do município, crimes contra a vida. Assinale a alternativa que indica o instrumento adequado para propositura de ação para controle de constitucionalidade em relação à Constituição Federal e que cita corretamente um legitimado universal para propô-la.

- a) Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta por entidade de classe de âmbito nacional.
- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo governador do Estado no qual se localiza o

município X.

- c) Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta por governador de qualquer Estado da Federação.
- d) Ação Declaratória de Constitucionalidade proposta por partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

18 Q584711 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de São Paulo - SP Prova: Auditor de Controle Interno

Assinale a alternativa correta a respeito da ADI (ação direta de inconstitucionalidade).

- a) A exemplo de outras pessoas jurídicas de direito público e do Ministério Público, quando o Município for parte na ADI, terá prazo em quádruplo para contestar a ação e em dobro para recorrer.
- b) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- c) O Município pode ingressar nos autos da ADI como assistente do autor da ação, como uma das modalidades admitidas de intervenção de terceiros, desde que demonstrado o interesse direto no julgamento do feito.
- d) É incabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental tendo por objeto lei municipal confrontada perante a Constituição Federal.
- e) Como regra geral, é desnecessário o trânsito em julgado para que a decisão proferida no julgamento de mérito em ADI seja cumprida, bastando a publicação da ata de julgamento no diário oficial da justiça.

19 Q643694 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: IADES Órgão: CRC-MG Prova: Contador

No que se refere ao controle de constitucionalidade a cargo do Supremo Tribunal Federal (STF), disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A ação declaratória de constitucionalidade incide sobre lei ou ato normativo federal ou estadual.
- b) O advogado-geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade em curso perante o STF.
- c) Se declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo no prazo a ser fixado.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade incide sobre lei ou ato normativo federal ou estadual.
- e) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o procurador-geral da República.

20 Q555461 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2015 Banca: ESAF Órgão: PGFN Prova: Procurador da Fazenda Nacional

Sobre a concessão de medida cautelar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é correto afirmar que:

- a) a Constituição Federal de 1988 estabelece que a medida cautelar somente será concedida por maioria de 2/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal.
- b) a medida cautelar somente pode ser concedida depois da manifestação do Procurador-Geral da

República, que dispõe do prazo de 3 dias.

- c) admite-se, conforme jurisprudência do STF, a concessão monocrática de medida cautelar, em caráter excepcional e ainda que fora do período de recesso da Corte.
- d) não cabe medida cautelar contra Emenda Constitucional promulgada.
- e) a medida cautelar será concedida por decisão de 2/3 dos membros do Superior Tribunal de Justiça.

Respostas 01: **c** 02: **c** 03: **a** 04: **a** 05: **d** 06: **d** 07: **a** 08: **d** 09: **a** 10: **c** 11: **c** 12: **b** 13: **b** 14: **e**
15: **e** 16: **b** 17: **e** 18: **e** 19: **d** 20: **c**

Qconcursos.com

www.qconcursos.com

← 1 2 →